OPEN ACCESS
10.21665/2318-3888.v14n28p55

Ambivalências
revista de antropologia do ppga-ufs

Festas e cidades: ritos festivos e a diferença no espaço público contemporâneo

Produzir a cidade pela festa: ritos festivos e disputa do espaço público no Ocupe Estelita

Luiz Eduardo Pinheiro Sarmento[1]
Universidade Federal de Pernambuco

Resumo

Este artigo analisa o papel desempenhado pelas práticas festivas no contexto do Movimento Ocupe Estelita, mobilizado em torno das disputas pelo destino do Cais José Estelita, no Recife. Argumenta-se que a festa ultrapassou a condição de estratégia de mobilização, constituindo-se como forma de produção do espaço público. Ao ocupar continuamente o território por meio de cortejos, apresentações artísticas, intervenções culturais, performances, sessões de cinema, shows e celebrações coletivas, diferentes atores produziram novas territorialidades, sociabilidades e imaginários urbanos, colocando em questão os modelos hegemônicos de produção da urbe. Portanto, mais do que reivindicar o direito à cidade, aquelas experiências produziram, ainda que provisoriamente, outras formas de cidade. É justamente nesse deslocamento que reside sua principal contribuição antropológica: compreender como a festa constitui uma tecnologia de produção da cidade, capaz de revelar as tensões, diferenças e possibilidades que atravessam a vida pública contemporânea.

Palavras-chave

Festas públicas. Espaço público. Ocupe Estelita. Antropologia urbana.

1. Graduado em História (UFRPE), Especialista em História das Artes e das Religiões (UFRPE), Especialista em Gestão Cultural (UFRPE/FUNDAJ), Mestre e Doutor em Antropologia (UFPE). Realizou, entre 2019 e 2022, estágio pós-doutoral no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco (PPGA/DAM/UFPE). Atua como membro pesquisador do Laboratório de Estudos Avançados em Cultura Contemporânea – LEC e Observatório de Museus e Patrimônios, vinculados ao DAM/UFPE.

Producir la ciudad a través de la fiesta: ritos festivos y disputa por el espacio público en Ocupe Estelita

Resumen: Este artículo analiza el papel desempeñado por las prácticas festivas en el contexto del Movimiento Ocupe Estelita, surgido en torno a las disputas por el destino del Cais José Estelita, en la ciudad de Recife, Brasil. Se sostiene que la fiesta trascendió su condición de estrategia de movilización política para constituirse en una forma de producción del espacio público. Mediante la ocupación continua del territorio a través de desfiles, intervenciones artísticas y culturales, performances, proyecciones cinematográficas, conciertos y celebraciones colectivas, diversos actores produjeron nuevas territorialidades, formas de sociabilidad e imaginarios urbanos, cuestionando los modelos hegemónicos de producción de la ciudad. Más que reivindicar el derecho a la ciudad, estas experiencias hicieron posible, aunque de manera provisional, otras formas de hacer y vivir la ciudad. Precisamente en este desplazamiento reside la principal contribución antropológica del artículo: comprender la fiesta como una tecnología de producción de ciudad, capaz de revelar las tensiones, diferencias y posibilidades que atraviesan la vida pública contemporánea.

Palabras clave: Fiestas públicas. Espacio público. Ocupe Estelita. Antropología urbana.

Producing the city through festivity: festive rites and the contestation of public space in Ocupe Estelita

Abstract: This article examines the role of festive practices within the Ocupe Estelita Movement, which emerged in response to disputes over the future of Cais José Estelita in Recife, Brazil. It argues that festivity transcended its role as a strategy of political mobilization, becoming instead a means of producing public space. Through the continuous occupation of the territory by means of parades, artistic performances, cultural interventions, live music, film screenings, concerts, and collective celebrations, diverse actors generated new territorialities, forms of sociability, and urban imaginaries, challenging hegemonic models of city-making. More than simply claiming the right to the city, these experiences temporarily brought alternative forms of urban life into being. It is precisely in this displacement that the article's main anthropological contribution lies: understanding festivity as a technology of city-making, capable of revealing the tensions, differences, and possibilities that shape contemporary public life.

Keywords: Public festivals. Public space. Ocupe Estelita. Urban anthropology.

Introdução

As festas públicas ocupam um lugar singular na vida das cidades (Amaral, 1998; Da Matta, 1987; Lefebvre, 2001; Souza, 2013). Mais do que acontecimentos extraordinários que interrompem temporariamente o cotidiano urbano, elas constituem momentos privilegiados de produção de sociabilidades, atualização de memórias coletivas e experimentação de outras formas de convivência. Por outro lado, em contextos marcados pela intensificação da mercantilização do tecido urbano, pela expansão dos grandes projetos imobiliários e pelo fortalecimento de dispositivos de controle sobre os espaços públicos, essas práticas passam a assumir um significado que ultrapassa a celebração. Ao ocuparem ruas, praças e outros territórios de uso coletivo, tornam-se também arenas de disputa em torno dos modos de viver, compartilhar e imaginar a cidade, estabelecendo "a diferença urbana, a urbanidade" (Le Goff, 1988, p. 124).

É precisamente essa perspectiva que orienta o presente artigo. Em vez de compreender a festa como um recurso complementar da ação coletiva ou como uma estratégia de mobilização política, proponho analisá-la como uma prática capaz de instituir e legitimar usos alternativos da cidade. Parto da hipótese de que, no contexto do Movimento Ocupe Estelita, as práticas festivas constituíram uma forma específica de ação política por meio da qual diferentes sujeitos produziram experiências temporárias de convivência, de pertencimento e de criação coletiva que redefiniram os significados do Cais José Estelita. Ao fazê-lo, deslocaram o conflito da oposição entre um empreendimento imobiliário e sua contestação para a disputa entre diferentes formas de imaginar, ocupar e construir a cidade contemporânea. É justamente essa capacidade de instituir outras experiências urbanas que ajuda a compreender por que tais práticas passaram também a ser alvo de vigilância, criminalização e controle.

Essa reflexão toma como recorte empírico o Movimento Ocupe Estelita, mobilizado em torno das disputas pelo destino do Cais José Estelita, no Recife, entre 2013 e 2017. O argumento resulta de pesquisa etnográfica desenvolvida no âmbito da tese "Patrimônios ausentes, cidades invisíveis: lutas, conflitos e novas centralidades urbanas" (Sarmento, 2017), construída a partir de observação participante, entrevistas, análise documental e acompanhamento sistemático das diferentes ações promovidas pelos coletivos envolvidos. Embora a pesquisa tenha investigado o conjunto das disputas desencadeadas pelo Projeto Novo Recife[2], este artigo concentra-se nas práticas festivas como chave analítica para compreender os processos de constituição de regimes de uso do território e as formas pelas quais diferentes sujeitos passaram a disputar material e simbolicamente a cidade.

Ao longo da pesquisa, tornou-se evidente que eventos como o "Reveillita", o "Carnalita", além das apresentações musicais, sessões de cinema, performances, práticas corporais e diferentes intervenções artísticas, não constituíam atividades paralelas à mobilização política. Ao contrário, esses acontecimentos criavam novas formas de presença no território, ampliavam as redes de sociabilidade, ressignificavam a paisagem e produziam outras maneiras de experimentar o Cais José Estelita. Mais do que comunicar uma reivindicação, essas dinâmicas construíam, ainda que provisoriamente, outra cidade que partia do "espaço vivido" (Lefebvre, 2001), invisibilizado e/ou omitido dos discursos, intervenções oficiais e operado pela especulação imobiliária que, inclusive, gera processos como a gentrificação, a verticalização e a periferização.

2. A área no chamado cais José Estelita era da extinta RFFSA (Rede Ferroviária Federal S.A). Foi arrematada em 2008, em leilão, por R$ 55 milhões, pelo consórcio "Novo Recife", composto pelas empresas Moura Dubeux Engenharia, Queiroz Galvão Desenvolvimento Imobiliário, Ara Empreendimentos e GL Empreendimentos. Tais edifícios estão inseridos em um planejamento onde a paisagem não é discutida e que, portanto, desconsidera as suas preexistências ao impor um novo padrão de ocupação e apropriação do espaço, bem como uma escala oposta à que ali se consolidara, nos mais de quatro séculos de paisagem.

Por este ponto de vista, os movimentos sociais urbanos revelariam-se, também, como movimentos culturais, principalmente ao induzir o compartilhamento e encarnar o "projeto fundamental de transformar pessoas em sujeitos de suas próprias vidas, ao afirmar sua autonomia em relação às instituições da sociedade" (Castells, 2013, p. 171). Fazem, dessa maneira, surgir "vozes que se colocam contra modelos de cidade pouco abrangentes e inclusivos, e que valorizam as áreas urbanas livres não apenas como espaço de uso apaziguado, mas como lugar de apropriação política, em sua esfera simbólica ou cotidiana" (Lima, 2015, p. 45). Há, por consequência, a construção de novas possibilidades de troca de saberes, a constituição de formas de sociabilidade e, principalmente, a ativação e apropriação do caráter público dos ambientes citadinos. Por outro lado, a própria atuação dos ativistas termina abrindo, na flecha centralizadora das políticas públicas, espaço para uma participação mais horizontal, pondo em xeque a "cidade formal", suas lógicas, fundamentos e abordagens tradicionais. Oferece, assim, uma inserção crítica ao processo de degeneração urbana e uma alternativa vocacionada para a pluralização de vozes, colocando-se na contramão do caráter totalizante dos grandes planos.

Ao privilegiar esse recorte, o artigo, portanto, dialoga diretamente com a proposta deste dossiê, mas procura avançar um passo em relação às interpretações que tratam a festa apenas como repertório de mobilização ou linguagem da contestação política. Sua contribuição consiste em demonstrar que as práticas festivas não apenas expressaram um projeto alternativo de cidade, mas constituíram o próprio meio pelo qual usos, sociabilidades e significados urbanos passaram a ser produzidos e legitimados no cotidiano da ocupação. Nesse sentido, o caso do Ocupe Estelita permite compreender a festa como uma tecnologia social de constituição do espaço público, evidenciando como experiências coletivas de celebração podem reorganizar territorialidades, tornar visíveis conflitos e tensionar formas consolidadas de ordenamento urbano.

O artigo está organizado em três partes. Na primeira, contextualizo o conflito em torno do Cais José Estelita e o surgimento das práticas festivas como parte do repertório político do movimento. Na segunda, analiso como essas experiências instituíram usos alternativos do espaço público, reorganizando territorialidades, sociabilidades e imaginários urbanos. Por fim, examino as reações institucionais a essas práticas, evidenciando como elas passaram a tensionar formas consolidadas de ordenamento urbano e de controle sobre corpos, territórios e modos de ocupação da cidade.

1 O Cais José Estelita e o surgimento das festas insurgentes

As disputas em torno do Cais José Estelita emergem no contexto das profundas transformações vivenciadas pelas cidades brasileiras nas primeiras décadas do século

XXI. Em diferentes capitais, grandes projetos urbanos passaram a reorganizar áreas centrais segundo lógicas de valorização imobiliária, turismo e competitividade internacional, convertendo antigos espaços públicos e territórios portuários em ativos econômicos destinados à reprodução do capital. Recife não permaneceu à margem desse processo.

O chamado Projeto Novo Recife, concebido para ocupar aproximadamente cem mil metros quadrados pertencentes à antiga Rede Ferroviária Federal, propunha a construção de um conjunto de torres residenciais e comerciais de grande porte sobre uma das áreas mais estratégicas da cidade. A justificativa oficial apoiava-se na ideia de revitalização urbana, desenvolvimento econômico e modernização da paisagem. Entretanto, a proposta rapidamente revelou tensões relacionadas à privatização do espaço urbano, aos processos de verticalização, aos impactos sobre a paisagem histórica e à limitada participação social nas decisões sobre o futuro daquele território.

Foi nesse contexto que diferentes sujeitos (arquitetos, urbanistas, artistas, pesquisadores, estudantes, moradores, coletivos culturais e movimentos sociais) passaram a constituir uma ampla rede de mobilização que posteriormente ficaria conhecida como Movimento Ocupe Estelita. Desde o início, tratava-se menos da defesa isolada de um terreno do que da contestação de um determinado projeto de cidade, baseado na concentração de investimentos privados, na produção de novas centralidades econômicas e na redução do espaço público enquanto lugar de convivência.

A pesquisa etnográfica, realizada entre 2013 e 2017, permitiu observar que essa mobilização rapidamente ultrapassou os repertórios tradicionais da ação política. As audiências públicas, ações judiciais, manifestações de rua e ocupações permanentes continuavam presentes, mas passavam a coexistir com outras formas de engajamento coletivo. Em vez de restringir-se aos mecanismos convencionais de protesto, o movimento incorporou linguagens artísticas, experiências colaborativas e práticas festivas que ampliaram significativamente as formas de participação social (Sarmento, 2017).

Essa ampliação dos repertórios não ocorreu por acaso. O próprio Cais José Estelita oferecia condições materiais e simbólicas para isso. Durante décadas, aquele território permaneceu praticamente inacessível para grande parte da população recifense. A ocupação de 2014 rompeu essa condição histórica ao devolver o espaço ao uso cotidiano, ainda que provisoriamente. Pela primeira vez, milhares de pessoas passaram a caminhar, permanecer, conversar, brincar, praticar esportes, realizar piqueniques, assistir a apresentações artísticas e experimentar aquele lugar para além das representações produzidas pelo mercado imobiliário.

Ao longo da pesquisa, tornou-se evidente que essa experiência cotidiana produzia uma profunda ressignificação do território. O que anteriormente era percebido apenas como um vazio urbano ou como área destinada ao futuro empreendimento imobi-

liário, passava a ser reconhecido como espaço vivido. A permanência prolongada dos participantes transformava radicalmente a experiência daquele lugar, fazendo emergir vínculos afetivos, memórias compartilhadas e novas formas de pertencimento. Defendendo que "a cidade é feita pelas pessoas", os participantes e ativistas abriram um debate sobre a necessidade, e ausência, de espaços que promovem interações horizontais no Recife, ou seja, locais públicos onde as pessoas possam gozar da condição plena de cidadãos. Mas, igualmente, revelaram a "maneira desordenada em que se multiplicam as ruas sem pedestres, em áreas de grande adensamento, com tráfego congestionado e tecido urbano que nada agrega ao bem-estar da população" [3]. Demonstraram que há um zelo excessivo pelo espaço privado em detrimento do espaço público, reproduzindo a negação da rua.

Nesse processo, a festa assumiu uma centralidade inesperada. Ela não apareceu como entretenimento destinado a tornar a ocupação mais agradável nem como simples estratégia de comunicação. Progressivamente, tornou-se uma das principais formas pelas quais o movimento produzia presença, ampliava redes de sociabilidade e disputava simbolicamente o significado daquele espaço.

O calendário de atividades passou a incorporar shows, sessões de cinema, saraus, apresentações teatrais, oficinas, intervenções visuais, práticas esportivas, aulas públicas e experiências gastronômicas coletivas. Datas tradicionalmente comemorativas também foram apropriadas pelo movimento, dando origem a acontecimentos como o "Reveillita", que reinventava a celebração do réveillon no Cais, e o "Carnalita", que utilizava o repertório carnavalesco para produzir crítica urbana. Paralelamente, iniciativas como o Ocupe Poesia e diferentes performances artísticas reforçavam a dimensão cultural da ocupação sem reduzir sua potência política.

Mais do que reunir pessoas em torno de uma programação cultural, essas experiências alteravam concretamente os usos do território. Durante algumas horas e, em determinados momentos, durante dias inteiros, o Cais deixava de existir como projeção de um empreendimento futuro para converter-se em praça, parque, palco, cinema, espaço de convivência, arena política e laboratório urbano. A cidade era experimentada de outra maneira.

É justamente nesse ponto que este artigo propõe um deslocamento em relação às interpretações mais frequentes sobre o Ocupe Estelita. Em vez de compreender essas festas como instrumentos auxiliares da mobilização política, argumento que elas constituíram práticas de produção do espaço público. Ao reunir corpos, produzir perma-

3. Em "Carta ao Prefeito Geraldo Júlio e ao Secretário João Braga sobre o projeto Novo Recife", publicada no Blog Direitos Urbanos em 28 de janeiro de 2013. Disponível em: https://direitosurbanos.wordpress.com/2013/01/28/carta-ao-prefeito-geraldo-julio-e-ao-secretario-joao-braga-sobre-o-projeto-novo-recife. Acesso em: 15 mar. 2014.

nência, construir vínculos e reinventar usos cotidianos do território, essas experiências não apenas comunicavam outra cidade possível; elas a realizavam, ainda que de forma temporária. Ao mesmo tempo, permitiram a construção de uma perspectiva alternativa ao modelo desenvolvimentista, anunciando a cidade sob o olhar do patrimônio, de sua imaterialidade, transformada em "paisagem cultural", repleta de vida, de memória e histórias. Fizeram, assim, emergir uma cidade da relação, da troca, da interação, do encontro com o outro e da consciência de si.

Por outro lado, ter chamado atenção para o fato de que a realidade da vida urbana é constituída não somente pelo seu visível, mas muito mais pelo invisível domínio dos seus sentidos, pelo simbólico e cultural, por si só, já torna extremamente relevante a causa do Movimento Ocupe Estelita, especialmente quando, no espaço do debate, chamam atenção para o fato de que as transformações urbanas reconfiguram o sentido de experiência de lugar.

Essa hipótese permite compreender por que as práticas festivas passaram rapidamente a ocupar posição estratégica dentro da dinâmica do movimento. Ao produzir novas territorialidades e tornar visíveis outras formas de viver a cidade, elas deslocavam o conflito do plano exclusivamente jurídico ou urbanístico para uma disputa mais ampla acerca das formas legítimas de ocupar, imaginar e produzir o espaço urbano contemporâneo.

2 Festa, protesto e espaço público: uma aproximação conceitual

As festas públicas reorganizam temporariamente a vida urbana, suspendendo ritmos cotidianos, reconfigurando usos do espaço e permitindo o surgimento de formas extraordinárias de sociabilidade. A literatura sobre festas, rituais e espaço público demonstra que essas experiências não se limitam à celebração: elas produzem encontros, atualizam memórias, constroem pertencimentos e tornam visíveis formas alternativas de viver a cidade. Autores como Bakhtin (2010), Duvignaud (1983) e Turner (2013) evidenciam que a dimensão festiva inaugura momentos de suspensão da ordem ordinária, abrindo possibilidades para a experimentação de novas relações sociais. Lefebvre (2001), também, defende que a principal forma de se fazer uso da cidade, isto é, das ruas, praças, monumentos e edifícios, é a festa. Ou seja, ela surge como uma oportunidade de experiência da cidade, conferindo a possibilidade de vivenciar o espaço urbano e, assim, apropriar-se dele.

Em contraste, os estudos sobre movimentos sociais (Tilly, 2004; Gohn, 2002) privilegiaram tradicionalmente repertórios de ação coletiva, estratégias de mobilização e processos de reivindicação política, ampliando os aspectos como identidade, autono-

mia e subjetividade imiscuídos às representações políticas. Propõem novos horizontes de interação coletiva nas ruas. Essa divisão disciplinar contribuiu para que festa e protesto fossem frequentemente tratados como campos distintos. Entretanto, a experiência urbana contemporânea revela uma aproximação crescente entre ambos. Diversas manifestações públicas passaram a combinar celebração, performance, ocupação simbólica do espaço e reivindicação de direitos.

Essa aproximação não constitui um fenômeno recente. Celebrações como o Primeiro de Maio, a Parada do Orgulho LGBTQIA+, a Marcha das Vadias e a Marcha da Maconha ilustram diferentes formas pelas quais mobilizações políticas passaram a incorporar repertórios festivos, enquanto determinadas festas tradicionais passaram a acolher demandas sociais e políticas. O Primeiro de Maio, por exemplo, transformou a memória das lutas operárias em ritual público recorrente. De modo semelhante, a Parada do Orgulho LGBTQIA+, inicialmente organizada como ato político pela afirmação de direitos, converteu-se em um dos maiores acontecimentos festivos do calendário urbano de diversas cidades, sem abandonar sua dimensão reivindicatória. Experiências como a Marcha das Vadias, a Marcha da Maconha e diferentes festivais organizados em contextos autoritários reforçam essa articulação entre performance, ocupação do espaço público e ação política. A festa deixa, assim, de ser apenas um momento de exceção para tornar-se também uma arena pública na qual a pessoa comum experimenta outras formas de participação, pertencimento e intervenção sobre a cidade. Esses exemplos indicam, assim, que a linguagem festiva constitui, ela própria, um repertório de mobilização. A música, o corpo, a performance, a fantasia, o humor e a ocupação coletiva das ruas deixam de funcionar apenas como estratégias de comunicação para participar diretamente da construção de identidades coletivas, da ampliação da participação social e da produção de visibilidade pública.

Entretanto, mesmo reconhecendo essa aproximação, grande parte da literatura continua privilegiando a dimensão comunicativa dessas experiências. A festa costuma ser interpretada como instrumento para difundir mensagens, fortalecer vínculos ou ampliar a adesão aos movimentos. Menor atenção tem sido dedicada à maneira pela qual essas práticas intervêm materialmente na constituição do espaço público, reorganizando usos, temporalidades e formas de permanência na cidade.

Desse modo, até aqui, a literatura permite compreender que festa e protesto não constituem universos necessariamente opostos. Ainda assim, permanece relativamente pouco explorado o modo como essas práticas intervêm concretamente na constituição do espaço público e na redefinição dos usos cotidianos da cidade. Grande parte dos estudos concentra-se em sua dimensão expressiva, enquanto seus efeitos sobre as formas de ocupar, experimentar e legitimar o espaço urbano permanecem menos desenvolvidos.

A antropologia oferece importantes pistas para essa aproximação. Em Bakhtin (2010), a festa aparece como suspensão provisória da ordem oficial e das hierarquias cotidianas; em Turner (2013), como momento liminar de experimentação social; em Duvignaud (1983), como ruptura da normalidade e abertura para novas formas de participação coletiva. Em comum, essas perspectivas reconhecem que a festa não representa apenas uma interrupção do cotidiano, mas um acontecimento capaz de reorganizar relações sociais, produzir pertencimentos e instaurar outros modos de experimentar o espaço.

Dito isso, vale registrar que a potência política da festa decorre justamente de sua capacidade de produzir uma experiência extraordinária da cidade. Não se trata apenas de ocupar temporariamente um espaço físico, mas de instaurar outras formas de convivência, circulação, permanência e pertencimento. Durante a festa, ruas, praças e terrenos urbanos deixam de responder exclusivamente às lógicas da circulação econômica ou do planejamento institucional e passam a funcionar segundo outras temporalidades e outros regimes de uso.

Nesse sentido, a festa aproxima-se daquilo que Lefebvre (2001; 2006) compreende como "espaço vivido", isto é, um espaço produzido pelas práticas cotidianas, pelas apropriações sociais e pelos significados compartilhados, e não apenas pelas representações técnicas do urbanismo. Também dialoga com Agier (2011), para quem a cidade constitui um dispositivo cultural permanentemente recriado pelas experiências concretas de seus habitantes. A cidade não existe apenas como forma construída; ela se realiza nas práticas que continuamente a reinventam.

É justamente por isso que a festa assume um papel decisivo nas disputas urbanas contemporâneas. Ao produzir encontros improváveis, estimular permanências e favorecer formas coletivas de apropriação do território, ela antecipa, ainda que provisoriamente, possibilidades de cidade distintas daquelas previstas pelos grandes projetos urbanos. Mais do que representar outra cidade, a festa permite experimentá-la.

Sob essa perspectiva, interessa menos perguntar se determinado acontecimento é uma festa ou um protesto do que compreender como práticas festivas podem operar politicamente e como determinadas mobilizações recorrem à celebração para ampliar repertórios de ação coletiva. A questão desloca-se, portanto, da natureza do evento para os efeitos sociais e espaciais que ele produz, considerando, especialmente, o seu caráter eminentemente crítico e emancipatório. Nesses termos, o movimento social "atua como aliado importante na abertura de novos campos políticos, ao tecer relações entre práticas artísticas e políticas, e entre as ações coletivas e os espaços públicos" (Lima, 2017, p. 13).

É precisamente nesse ponto que a experiência do Movimento Ocupe Estelita oferece uma contribuição analítica relevante. Diferentemente de festas consolidadas em calendários cívicos ou de manifestações que recorrem ocasionalmente à linguagem fes-

tiva, as experiências desenvolvidas no Cais José Estelita fizeram da festa um componente permanente da própria dinâmica da ocupação.

Essa característica desloca o foco da análise. Interessa examinar como determinadas práticas festivas instauram experiências compartilhadas que reorganizam territorialidades, sociabilidades e formas de permanência, disputando os próprios critérios de legitimidade sobre o uso do espaço público. A originalidade deste artigo reside justamente nessa inflexão: demonstrar que, no contexto do Ocupe Estelita, a festa não apenas expressou um projeto alternativo de cidade, mas constituiu um mecanismo de legitimação de usos alternativos do espaço público. É a partir dessa perspectiva que a seção seguinte desenvolve a análise etnográfica das práticas festivas do movimento.

2.1 O Ocupe Estelita e a produção insurgente do espaço público

É nesse horizonte que a experiência do Movimento Ocupe Estelita adquire relevância. Conforme demonstrado na pesquisa etnográfica, arte, corpo, audiovisual, festas e ocupações não constituíram iniciativas paralelas ao conflito em torno do Projeto Novo Recife, mas dimensões constitutivas da própria mobilização. O uso sistemático de shows, apresentações artísticas, sessões de cinema, oficinas, performances, intervenções visuais e eventos como o Reveillita, o Carnalita e o Ocupe Poesia integrou uma estratégia mais ampla de experimentação coletiva do Cais José Estelita, transformando-o em um espaço permanentemente ressignificado.

Como observado na tese (Sarmento, 2017), essas iniciativas permitiram transformar os antigos armazéns em suportes materiais de memória, expressão política e criação coletiva, convertendo o próprio processo de ocupação em um patrimônio vivido, continuamente reescrito pelos diferentes sujeitos que participaram da mobilização. O "produto cultural" do movimento não foi apenas um conjunto de eventos, mas a transformação simbólica e prática do próprio Cais José Estelita em espaço público compartilhado.

A ocupação festiva produzia permanência. Em vez da circulação rápida típica dos espaços urbanos submetidos às lógicas do consumo, o Cais transformava-se em lugar de encontro, conversa, contemplação e convivência. Permanecer tornava-se um gesto político. Essa permanência permitia que milhares de pessoas experimentassem um espaço historicamente inacessível, atribuindo-lhe novos significados e novos usos cotidianos.

As festas também ampliavam as formas de participação. Muitos participantes aproximavam-se inicialmente por meio de apresentações musicais, sessões de cinema, saraus ou atividades culturais e, a partir dessa experiência, passavam a envolver-se em debates, assembleias e outras ações do movimento. A dimensão festiva não substituía a política; ela criava condições para o seu alargamento. Muitas vezes, inclusive, funciona-

vam como um veículo comunicacional, instrumento de multiplicação de informações e notícias, resultando em formas de visibilidade e legitimidade dos grupos envolvidos, como nos aponta uma das integrantes e, por vezes, organizadora dos eventos:

> Eu acho que isso deu muita força, justamente pela questão da comunicação. Você pode explicar da melhor maneira possível, mas o fato de ter um envolvimento de artistas faz com que as pessoas deem mais atenção para aquilo e entendam de outro jeito. Eu acho que o fato, principalmente, de ter muitas formas de falar ajudou. Tinha um centro de produção do discurso, da produção dos argumentos, de pesquisa, de formulação, mas era um movimento que cada um pegava e explicava o que quisesse. Eu acho que essa abertura era muito importante porque tinha a questão técnica forte, mas ela não era para as pessoas se parte. Tem a questão de comunicação e aí a arte, a festa e o cinema entraram como formas de espalhar e de disseminar, de fazer com que as pessoas vejam o que elas podem falar de urbanismo. Que essa disputa é de todo mundo. A questão é: é um movimento de esquerda, libertário e de autonomia. Esse é um campo que a arte se interessa. É um campo que tem relação. Eu acho que a arte em sua raiz é produtora de realidades e era o que a gente estava querendo fazer, produzir a realidade. Então, tem uma ligação de junta[4].

Nesse sentido, é importante ressaltar que, do individual para o coletivo, as festas e eventos (acontecimentos coletivos organizados), mais do que reuniões, permitiram, como ações planejadas, a "aproximação de pessoas com objetivos definidos junto a determinado público, formas de expressão de seus ideais, reivindicações e identidade" (Morais, 2013, p. 12). Enquanto processos de mobilização social convocavam vontades para um objetivo comum, incentivando as pessoas a participarem por meio do sentimento de envolvimento e corresponsabilidade, permitindo uma "ressignificação", como nos aponta um dos entrevistados no momento da pesquisa:

> No ocupe festa e no ocupe permanente, você tem uma coisa de ressignificação que eu acho forte. Aquela parede é um testemunho de luta e de várias lutas, ou seja, a ideia das lutas convergirem ali é a ideia do mural onde você escreve suas lutas. Aquilo é um registro. Você tem camadas ali. Cada ocupação se pinta de novo. Essa coisa, por exemplo, da pintura do armazém tem essa força muito grande de ressignificação e de apropriação. [...]. a ideia da festa é uma ideia que desde o começo fica clara que a manifestação não é uma coisa chata. Acho que tem uma coisa de corporeidade na festa, uma coisa muito forte de ir para rua.[5]

Avançando na perspectiva do festejar, associada ao ocupar e resistir, estas iniciativas, com destaque para o "Revelita" e "Carnalita", propuseram, em certa medida, uma

4. Integrante do MOE, em entrevista. Ela não quis ter sua identidade revelada.

5. Leonardo Cisneiros, integrante do Direitos Urbanos e ativista da causa #OcupeEstelita, em entrevista.

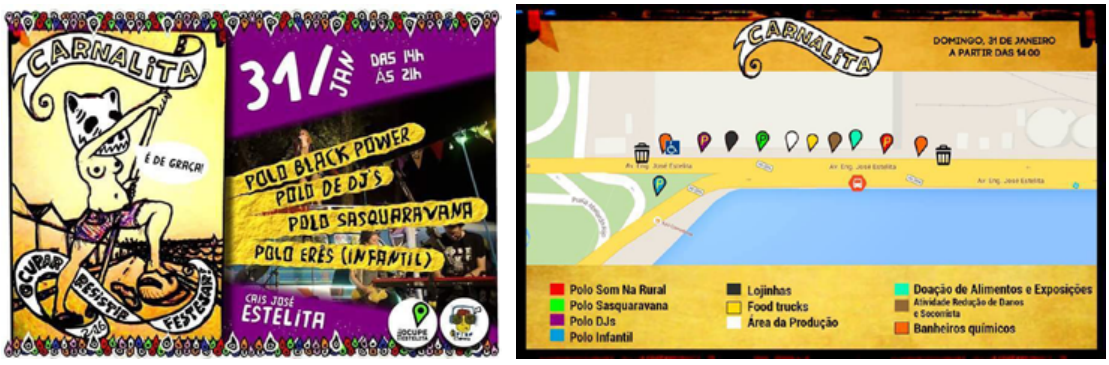
nova linguagem do contestar político, estruturado a partir do desejo de mudança que se põe em movimento ao dançar, atuar, gritar e festejar.

Figura 1 – divulgação do evento reveillita



Fonte: Direitos Urbanos (2017).

Figura 2 – Material de divulgação do evento carnalita



Fonte: Comissão organizadora do Carnalita (2016)[6].

Nesses atos, os espaços públicos foram ocupados com cultura e política, articulando músicos, atores, dançarinos, circenses, artesãos e toda a forma de expressão e produção artística independente. Tratou-se de um momento, uma espécie de ação estético-política, capaz de enfrentar a cultura de restrição, privatista, individualista e comercial que permeia as grandes cidades, oferecendo, portanto, uma nova-antiga lógi-

6. Disponível em: https://www.facebook.com/171083736583099/photos/a.171659399858866.1073741828.171083736583099/183047978720008/?type=3&theater. Acesso em: 15 jan. 2016.

ca de convivência e usufruto do espaço. Nele, o público, uma espécie de transeunte-ocupante, circula entre as inúmeras atividades que ocorrem concomitantemente.

Figura 3 – Evento Carnalita realizado em 31 de janeiro de 2016



Fonte: Eduardo Sarmento (2016).

Outra questão a ser ressaltada, é a perspectiva dos eventos festivos na construção de uma imagem para o movimento, estigmatizado, inclusive, em inúmeras ocasiões pela imprensa local. A presença de artistas, conhecidos e renomados, permitiu, em certa medida, promover a atração de um público diverso, mas, igualmente, associação de trajetórias e causas. Por outro lado, na medida em que, nos seus acontecimentos, eram demonstradas capacidade, mobilização e organização, obtinham-se relacionamentos positivados, além das identificações com os propósitos e reivindicações. Nesse sentido, vale lembrar, como explica Henriques (2007), que a mídia é:

> Um recurso essencial para validar os próprios movimentos como atores importantes na cena política, mostrar força ante os outros atores mais poderosos (como o governo) e desafiar a visão corrente do *establishment* sobre os mais diversos problemas. [...] mostra-se importante como veículo de suporte à mobilização, para consolidar a participação dos membros e apoiadores ativos – definindo para eles próprios em que medida podem ser seriamente levados em conta como agentes capazes de realizar mudanças (Henriques, 2007, p. 99-100).

Sobre essa dimensão, inclusive, minha avaliação é que as repercussões terminaram tendo um impacto para além do espaço-tempo dos eventos em si, ganhando, pouco a pouco, visibilidade nas pautas e agendas dos veículos (local e nacional).

Figura 4 – Repercussão dos eventos festivos



Fonte: G! PE (2014). Disponível em: http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2014/06/otto-atrai-multidao-para-o-movimento-ocupe-estelita-no-recife.html.



Fonte: RollingStone (2014). Disponível em: http://rollingstone.uol.com.br/noticia/criolo-apresenta-musica-inedita-durante-manifestacao-no-recife-ouca.

Ademais, as festas, no sentido de eventos e acontecimentos coletivos, produziram uma sinergia que permitiu a criação de vínculos sociais entre os ativistas e manifestantes, produzindo, assim, resultantes afetivas que fortaleceram os laços de identificação. Tratou-se de momentos insubstituíveis de comunhão afetiva real, de contato face a face, de troca de energias, de celebração, mas, sobretudo, de ações pragmáticas que permitiram amplificar o alcance social das causas defendidas pelo #OcupeEstelita, conforme defendeu o ativista urbano e militante Leonardo Cisneiros, falecido em 2021:

> O principal "produto cultural" do OcupeEstelita foi a própria ocupação e transformação o próprio Cais, tanto nos eventos festivos-políticos de um dia só, quanto na ocupação contínua que criou a Vila Estelita. Os armazéns, que os órgãos oficiais de preservação do patrimônio não quiseram reconhecer como de valor histórico em 2012, foram continuamente reapropriados e ressignificados a cada "ocupa", ao longo desses cinco anos. Transformaram-se em um mural reescrito em várias camadas pelas mais diferentes lutas que convergem na luta pelo direito à cidade, desde a luta feminista até a luta anti-proibicionista e até mesmo a luta contra o agronegócio. E, desta forma, a própria luta pela preservação do Cais o transformou em um patrimônio cultural a ser preservado. Desse ponto de vista, a cultura assumiu um papel ainda mais decisivo. A forma mais radical de participação e de criar o comum é a transformação direta da cidade, é ocupar a rua e ressignificá-la. A cultura foi meio e fim deste processo (Cisneiros, 2017).

Assim, a produção da cidade ocorria simultaneamente em três dimensões. A primeira era territorial, ao transformar concretamente o uso do espaço. A segunda era simbólica, ao construir outras narrativas sobre o Cais José Estelita e sobre o futuro da cidade. A terceira era relacional, fortalecendo vínculos entre sujeitos, coletivos e instituições que dificilmente se encontrariam em outros contextos. Minha leitura é que foi exatamente essa forma de mobilização, baseada também na festa, que pessoas, de inúmeras procedências, foram às ruas. Ela, também, contribuiu para que os movimentos sociais urbanos produzissem novos significados e novas formas de ação sociocultural, com reconhecimento público. Vale, nesse sentido, observar, seguindo Nadir Lara Junior *et al.* (2017), que essa outra estética política desses coletivos tem:

> O poder de registrar e dar visibilidade no espaço público àqueles que são considerados 'sem parte', pois o mundo comum reserva diferentes lugares para os diferentes interlocutores que, muitas vezes, têm visões incompatíveis entre si e alguns deles permanecem do lado de fora, sem acesso à constituição do comum partilhado. Através desta, é possível que esses existam e sejam por um momento 'parte', finalmente sendo reconhecidos como legítimos interlocutores capazes de compor e constituir esse comum (Lara Junior *et al.*, 2017).

Mais do que representar uma cidade desejada, essas práticas permitiam vivenciá-la. Ainda que provisoriamente, o território convertia-se em uma experiência compartilhada de convivência, diversidade e experimentação democrática. A festa deixava de ser apenas um acontecimento inserido na cidade para tornar-se uma prática de produção da própria cidade.

2.2 Quando a festa ameaça a ordem urbana

As práticas festivas desenvolvidas no Ocupe Estelita revelaram um paradoxo característico das disputas urbanas contemporâneas. Quanto mais a ocupação consolidava novas formas de convivência e ampliava a presença de diferentes sujeitos no Cais José Estelita, maior se tornava a tensão com os dispositivos institucionais responsáveis pela gestão daquele território. A festa passou a produzir um tipo de presença coletiva que escapava às formas convencionais de ordenamento urbano.

Essa tensão manifestou-se em diferentes episódios acompanhados durante a pesquisa. O aumento da vigilância sobre as atividades, as tentativas de restringir permanências, a repressão a determinadas manifestações e o controle exercido sobre intervenções artístico-culturais indicavam que o conflito ultrapassava o debate técnico sobre um empreendimento imobiliário. O que estava em disputa eram os próprios critérios de legitimidade para ocupar e produzir o espaço público.

Entre essas experiências, destaca-se a "Troça Carnavalesca Mista Público-Privada Empatando Tua Vista". Ao recorrer ao repertório simbólico do carnaval pernambucano, à sátira e ao humor, a troça deslocava a crítica urbanística para uma linguagem festiva amplamente compartilhada pela população. A ironia transformava-se em instrumento de denúncia, enquanto o cortejo convertia o espaço urbano em arena pública de debate político.

Segundo seus organizadores, o grupo, que surgiu no calor das manifestações em torno do #OcupeEstelita, é:

> É um ato político-folião crítico à verticalzação excessiva, que negligencia o planejamento urbano, a história do lugar, privatiza o descortinar das águas, a paisagem e a vista dos monumentos. Estamos aproveitando a brincadeira e a irreverência do carnaval para empatar a vista dos foliões e lembrar o que vem acontecendo no Recife[7].

Valendo-se da "brincadeira" com a noção de "visão" ("falta de visão na gestão de uma cidade" e "destruição da visada natural de nossa cidade"[8]), os integrantes defendiam que tratar "lucidamente um assunto sério, é dar voz ao senso crítico do povo ao sentir-se prejudicado em enxergar o próximo bloco. Essa é a sensação que um morador de uma rua tranquila de um bairro residencial sente no dia-dia, afora os desgostos da

7. Facebook da Troça Carnavalesca Mista Público-Privada Empatando Tua Vista Disponível em https://www.facebook.com/pg/empatandoatuavista/about/?ref=page_internal. Acesso em: 15 de agosto de 2016.

8. Disponível em https://www.facebook.com/pg/empatandoatuavista/about/?ref=page_internal. Acesso em: 15 ago. 2016.

mobilidade"[9]. Surgida, ainda em 2014, como um instrumento de mobilização, no auge da discussão sobre a especulação imobiliária, a ilegalidade do leilão do Cais José Estelita e da aprovação do Projeto Novo Recife, seu principal objetivo era "problematizar estas questões, bem como a ligação escusa entre o poder público e as empreiteiras na cidade do Recife, fazendo crítica política em forma de sátira. De forma irreverente e com fantasias de prédios"[10].

O propósito, assim, era "troçar" com a gestão pública e as suas relações com os financiadores de campanhas em detrimento do planejamento urbano da cidade do Recife. Para a professora Edinéa Alcântara, uma das fundadoras da agremiação, foi exatamente essa forma de irreverência crítica que ganhou as ruas e encontrou eco no coração das pessoas:

> De forma bem-humorada e irreverente expõe as nossas feridas, as nossas mazelas, a nossa cidade doente. As pessoas sentem, se emocionam, expressam seus sentimentos de indignação, escrevem, fazem poesia, batem fotos, gravam, dançam, cantam, se vestem de torres, contribuem com dinheiro, com trabalho, com esperança… de que assim possam mudar o destino dessa cidade, que já foi conhecida como a "Veneza Brasileira" e agora muitos chamam Hellcife ou Recífilis, a venérea brasileira. (...) Só resta a brincadeira, só resta a sátira, só resta a irreverência. E é aí onde a adesão da troça ganha força, pois catalisa a insatisfação das pessoas, onde o humor ocupa um papel central para potencializar a resiliência, entendida aqui como a habilidade de superar as adversidades de uma vida continuamente estressante. Mas o humor também pode propiciar uma mudança de percepção de uma situação e mudar o comportamento do sujeito, em um movimento liberador, cômico ou criativo. Alivia a dor e pode chegar a dar prazer. Buscar rir da própria sorte. É nesse amálgama de dor e de alegria, de indignação e esperança que pode estar o ponto de inflexão para uma mudança de percepção da cidade e do potencial de protagonismos de cada um. O carnaval ajuda a criar o vínculo a estabelecer a empatia. Creio que encontramos uma forma simples, mas efetiva de mexer com percepções e sentimentos escondidos e potencializar a discussão sobre a cidade. É isso que as ruas estão dizendo[11].

---

9. Disponível em https://www.facebook.com/pg/empatandoatuavista/about/?ref=page_internal. Acesso em: 15 ago. 2016.

10. Texto do "Ato Político-Greístico Em Defesa da Liberdade de Expressão!", divulgado na página do Fecebook e ocorrido em 12 de março de 2017. Disponível em: https://www.facebook.com/events/1852865301627956/?acontext=%7B%22ref%22%3A%223%22%2C%22ref_newsfeed_story_type%22%3A%22regular%22%2C%22action_history%22%3A%22null%22%7D. Acesso em: 10 mar. 2017.

11. Edinéa Alcântara, doutora em desenvolvimento urbano, pesquisadora do Laboratório de Estudos Peri-urbanos da UFPE, membro do grupo Direitos Urbanos e uma das fundadoras da Troça Carnavalesca Empatando Tua Vista. Disponível em: https://direitosurbanos.wordpress.com/2014/02/27/empatando-tua-vista-humor-e-irreverencia-para-criticar-a-verticalizacao-excessiva-nas-cidades/. Acesso em: 15 ago. 2017.

A fala acima, da professora Edinéa, me faz pensar, num primeiro momento, sobre a força da irreverência, do humor e da brincadeira como catalisadores da insatisfação das pessoas, "onde o humor ocupa um papel central para potencializar a resiliência, entendida aqui como a habilidade de superar as adversidades de uma vida continuamente estressante". O que ela aponta, sobretudo, é que pelo riso é possível romper qualquer espécie de paralisia, de imobilidade, tendo consciência da sua força.

Assinala, igualmente, o papel que a piada e o cômico assume na liberação da vontade e do desejo, na mudança de situação, convertendo-se em energia política. Funde-se, assim, espaço urbano, rebeldia e arte crítica.

Assim, o grupo encontrou, no ridículo e na sagacidade, uma potente maneira de sensibilizar a sociedade sobre os problemas urbanos presentes na cidade do Recife, especialmente sua demasiada verticalização. Criando um recurso estético (fantasias de prédios-torres e máscaras das autoridades) e discursivo (linguagem satírica), a troça engajou pessoas numa espécie de ato subversivo a questionar a ordem estabelecida e suas estruturas de poder, autoridade e hierarquia, revertendo ou contradizendo os valores correntes. Como aponta Edinéa Alcântara:

> São prismas de tecidos de cerca de 3,0m de altura, simulando arranha-céus com um padrão repetitivo de projeto, que busca imitar o que vem acontecendo no Recife, onde a altura das torres é cada vez maior e se concentram cada vez nos espaços de visão mais privilegiada: as frentes d'água. Mas se o padrão arquitetônico não privilegia a diversidade, o modelo urbanístico busca segregar o público do privado.[12]

O efeito, para além de simbólico, é bastante prático, principalmente no que se refere à geração de incômodo e insatisfações, especialmente por parte das autoridades. Já em 2016, na Festa de Momo daquele ano, o grupo foi abordado pela Diretoria de Controle Urbano, órgão vinculado à Prefeitura do Recife, na tentativa de impedir a presença no desfile do Galo da Madrugada, ocasião, inclusive, em que foram danificadas várias fantasias.

Mas, um dos episódios mais emblemático ocorreu no carnaval de 2017, no Sábado de Zé Pereira, momento em que os integrantes da Troça Empatando Tua Vista foram abordados, em duas ocasiões, por policiais militares para a realização de revistas, seguidas pela apreensão de fantasias e adereços, conforme é possível acompanhar nas imagens publicadas no Facebook da agremiação no dia 26 de fevereiro:

12. Edinéa Alcântara em "Empatando tua vista: humor e irreverência para criticar a verticalização excessiva nas cidades", depoimento publicado no Blog Direitos Urbanos. Disponível em: https://direitosurbanos.wordpress.com/2014/02/27/empatando-tua-vista-humor-e-irreverencia-para-criticar-a-verticalizacao-excessiva-nas-cidades/. Acesso em: 15 ago. 2017.

Figura 5 – Apreensão de fantasias e adereços da Troça Empatando Tua Vista por policiais militares



Fonte: Troça Carnavalesca Empatando Tua Vista (2017)[13].

Após a retenção dos materiais, por determinação do Centro Integrado de Comando e Controle de Pernambuco e sob a justificativa de precisarem de autorização para desfilarem, os integrantes da troça procuraram a Corregedoria da Secretaria de Defesa Social e prestaram um boletim de ocorrência na Delegacia de Crimes contra a Administração e Serviços Públicos. A esse fato, seguiram várias manifestações, questionamentos e críticas à atitude. Em seguida, inclusive, foi realizada uma espécie de convocatória para o "Ato Político-Greístico em Defesa da Liberdade de Expressão!", ocorrido em 12 de março de 2017, no contexto das comemorações o aniversário da cidade do Recife, como é possível acompanhar nas fotos abaixo. Sob o lema "quem deu a ordem?", o grupo apresentava uma série de questionamento, a saber: Quem enviou a viatura para impedir a Troça Empatando Tua Vista de empatar o café da manhã do prefeito, tomando à força nossas fantasias? Com quem falava o Major Antonio José o tempo todo ao telefone? De onde partiu a ordem superior que lhe deu carta branca para tanto abuso de poder?

Figura 6 – Registros do Ato Político-Greístico em Defesa da Liberdade de Expressão



Fonte: Eduardo Sarmento.

13. Disponível em: https://www.facebook.com/empatandoatuavista/photos/a.410146669130148.1073741828.410103215801160/1030848760393266/?type=3&theater. Acesso em: 26 de fevereiro de 2017.

A reação institucional à troça tornou evidente a potência dessas práticas. A apreensão de fantasias e adereços, bem como os episódios de repressão registrados durante o período pesquisado, demonstraram que a linguagem festiva deixava de ser percebida apenas como manifestação cultural para tornar-se objeto de controle. Ao atingir o carnaval, atingia-se igualmente a capacidade de determinados grupos produzirem visibilidade, memória e pertencimento por meio da ocupação coletiva das ruas.

Esse processo permite compreender que a disputa observada no Ocupe Estelita não dizia respeito apenas ao futuro de um terreno específico. Tratava-se de um conflito entre diferentes regimes de produção da cidade. De um lado, afirmava-se uma lógica orientada pela valorização imobiliária e pela racionalização dos usos urbanos; de outro, emergia uma cidade produzida pela experiência compartilhada, pela convivência, pela criatividade e pelo direito de transformar temporariamente o espaço público em lugar de celebração e encontro.

Considerações finais

A experiência do Ocupe Estelita evidencia que as festas públicas podem ser compreendidas como formas de produção da cidade e não apenas como repertórios culturais ou estratégias de mobilização. Ao reorganizar usos, temporalidades e formas de convivência, as práticas festivas analisadas produziram espacialidades provisórias, mas politicamente significativas, capazes de desafiar a racionalidade predominante dos grandes projetos urbanos.

Os casos do Reveillita, do Carnalita, da Troça Carnavalesca Mista Público-Privada Empatando Tua Vista e de outras intervenções demonstram que a ocupação festiva converteu um terreno projetado para a valorização imobiliária em espaço de encontro, criação e experimentação democrática. Nesse processo, a cidade deixou de ser apenas objeto de reivindicação para tornar-se experiência concreta, ainda que efêmera.

Foi exatamente no enfrentamento a uma economia de acumulação de riquezas, segregadora, que diversas pessoas foram às redes e às ruas reivindicar o "direito à cidade", como sendo "seu direito a mudar o mundo, a mudar a vida e a reinventar a cidade de acordo com seus mais profundos desejos. Esse direito coletivo, tanto como palavra de ordem quanto ideal político" (Harvey, 2014, p. 65).

A reação institucional observada durante a pesquisa revela, por sua vez, que a disputa não dizia respeito exclusivamente ao destino do Cais José Estelita. O conflito envolvia diferentes concepções de espaço público, cidadania e participação, tornando visíveis as tensões entre modelos de cidade orientados pela mercantilização do território e práticas sociais voltadas à construção do comum.

Portanto, compreender a festa como tecnologia de produção do espaço público amplia o campo de reflexão da antropologia urbana e contribui para interpretar outros conflitos contemporâneos em que celebração, cultura e política tornam-se dimensões inseparáveis da experiência urbana.

Referências

AGIER, Michel. **Antropologia da cidade**: lugares, situações e movimentos. Tradução Graça Índias Cordeiro. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2011.

AMARAL, Rita de Cássia de Mello Peixoto. **Festa a brasileira**: significados do festejar no "país que não é sério". 1998. Tese (Doutorado em Ciências/ Antropologia Social) – Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento:** o contexto de François Rabelais. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Tradução Carlos Alberto Medeiros. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CISNEIROS, Leonardo. #OcupeEstelita: Reflexões sobre cultura e luta pela cidade. **Revista Socialismo e Liberdade,** n. 19, Fundação Lauro Campos, 2017.

DA MATTA, Roberto. **A casa & a rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

DUVIGNAUD, Jean. **El sacrificio inútil**. México: Fondo de Cultura Económica, 1977.

DUVIGNAUD, Jean. **Festas e civilizações**. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais**. Paradigmas Clássicos e Contemporâneos. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2022.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. Tradução Jefferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HENRIQUES, M. S. (Org.) **Comunicação e estratégias de mobilização social**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

LARA JUNIOR, Nadir (Org.). **Ato estético-político: uma interpretação psicanalítica**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2017.

LE GOFF, Jacques. **Por amor às cidades**: conversações com Jean Lebrun. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1988.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA, Carlos Henrique Gomes de. A cidade em movimento: práticas insurgentes no ambiente urbano. In: **Oculum ens**., Campinas, v. 12, n. 1, p. 39-48, jan./jun. 2015.

MORAIS, Elaine Cristina Gomes de. **Espetáculo, argumentação e organização: reflexões sobre eventos como estratégia de comunicação em movimentos sociais**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

SARMENTO, Luiz Eduardo Pinheiro. **Patrimônios ausentes, cidades invisíveis**: lutas, conflitos e novas centralidades urbanas. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

SOUZA, Marcos Felipe Sudré. **A festa e a cidade**: experiência coletiva, poder e excedente no espaço urbano / Marcos Felipe Sudré Souza. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

TILLY, Charles. **Social Movements**, 1768-2004. Boulder: Paradigm Publishers, 2004.

TURNER, Victor. **O processo ritual**: estrutura e antiestrutura. Petrópolis: Vozes, 2013.